

Duplamente atingidas: violência, mulheres e políticas do estado numa grande barragem no Nordeste

R. Parry Scott¹

Resumo

A construção de barragens pelo Estado atinge cidadãos em muitas regiões do Brasil, modificando as condições de vida das mulheres. Lamentavelmente, a falta de informações sobre a violência contra mulheres e o tratamento delas pela segurança pública nestas regiões é grande. Perguntar-se quais as coordenadas para descrever e analisar o tratamento dado à violência contra mulheres no campo e na cidade em municípios atingidos no entorno do lago de Itaparica no Sertão nordestino implica em compreender processos

¹ Antropólogo, Prof. Titular da Universidade Federal de Pernambuco, coordenador do Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade (FAGES), PhD pela University of Texas at Austin 1981, pesquisador Nível 1 do CNPq. Pesquisas e publicações realçam a relação entre a esfera doméstica e as estruturas de poder e incluem livros, artigos, apresentações e orientação de trabalhos sobre grupos domésticos em áreas rurais e urbanas nas quais atuam e abarcam gênero, geração, migração, projetos de desenvolvimento, programas de saúde e teoria, história e comparação na Antropologia. É coorganizador do livro Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas e do Dossiê Mulheres em Áreas Rurais nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil da Revista de Estudos Feministas. scott@hotlink.com.br. FAGES-PPG-Antropologia e PPG Sociologia, UFPE.

sociais associados a projetos de desenvolvimento do estado, bem como processos sociais associados às relações de gênero da forma que se configuram no cotidiano para as mulheres. A partir de uma oficina sobre violência de gênero, aqui se relatam os resultados de um diálogo entre o Polo Sindical do Submédio São Francisco e os integrantes do grupo de estudos FAGES (os representantes dos trabalhadores rurais e um grupo de pesquisa universitário da Universidade Federal de Pernambuco), se identificam os anseios de conhecimento sobre violência e se delinea uma maneira de responder a eles.

Palavras-chave: Mulher, Violência, Políticas Públicas, Barragem.

Abstract

Dams built by the State impact citizens in many different regions of Brazil, modifying life conditions of many women. Lamentably, there is very little information about violence against women and about the ways in which public defense and security institutions deal with such violence in these regions. To answer the question of what ideas could organize the description and analysis of the treatment given to violence against both rural and urban women in the municipalities impacted by the Itaparica dam and reservoir in the Northeastern Sertão implies the understanding of social processes associated with development projects promoted by the State as well as of social processes related to gender relations as they are lived in the daily life of women. Using a workshop on gender violence, a dialogue between participants from the Polo Sindical do Submédio São Francisco and members of the FAGES study group (respectively, representatives of rural workers and university researchers from the Federal University of Pernambuco), the demands for knowledge about violence are drawn out in a way that may permit the formulation of potential answers to them.

Key words: violence, women, state policies and a large dam Project.

Introdução

Há muito tempo o MAB vem alertando que o modelo de produção de energia elétrica do país era e é insustentável. As pessoas atingidas por barragens são as maiores vítimas de uma política social e ambiental irresponsável. [...] nas obras maiores, a violência aumentou o inchaço das cidades próximas aos canteiros de obras. Com isso, proliferou o desrespeito à vida, sobretudo das mulheres e meninas. Os homens entram em desespero e buscam um alívio no alcoolismo. Já para as mulheres, o que resta é o cuidado e a responsabilidade da família, quando não a prostituição. Sozinhas, elas vêm suportando o fardo da destruição. Algumas se deprimem, outras chegam mesmo a se suicidar. Também assistem ao aumento de doenças de que antes nunca ouviram falar. Observam, por fim, a rápida mudança cultural e o aumento de violência no seu entorno, ao passo que tentam urgentemente se organizar.
Margaret MARAN (2002:20)

As mulheres e meninas atingidas pela construção de barragens enfrentam violências abertas e veladas que precisam ser mais bem descritas para que se possam elaborar políticas mais eficazes de promoção de igualdade de gênero nestes ambientes. As barragens se multiplicam em todo o Brasil, estão construídas em locais que, pelo fluxo das águas, têm atraído populações para residirem e trabalharem. Assim, a construção de uma barragem para beneficiar consumidores de energia em locais distantes costuma atingir grandes números de moradores produtivos, como o que ocorreu nas margens do Rio São Francisco no Sertão nordestino (Scott 1994, Galindo; Guimarães 2000, FUNDAJ/CHESF 1988).

O drama das mulheres atingidas por barragens envolve a adaptação a novos padrões de vida promovidos pelas mudanças provocadas pela forte intervenção do Estado na sua vida cotidiana e pela organização de

mecanismos de resistência e adaptação através de entidades de defesa da cidadania feminina e familiar. Ao mesmo tempo, nestes locais há poucos investimentos significativos do Estado nas políticas de segurança pública que atendem especificamente às cidadãs na sua luta para a garantia da cidadania na reconstrução das bases da sua vida familiar. A vida cotidiana sofre uma sacudida intensiva, e mulheres e homens enfrentam o desafio de se reorganizarem diante das novas realidades, de reorganização da produção e das relações de gênero nas esferas pública e privada.

Violência de Gênero

Na justificativa do Programa Nacional de Prevenção e Redução da Violência Doméstica e de Gênero, o Projeto Nacional de Segurança Pública evidencia uma forte sincronia entre as metas governamentais e as reivindicações dos movimentos de mulheres e de estudiosos do assunto. A complexidade social e cultural do problema é ressaltada, como também a falta de informações confiáveis; a insuficiência de ações isoladas; a necessidade de articular polícias, unidades de atendimento, a justiça e as redes sociais de apoio; e a associação do fenômeno à dependência de álcool e outras drogas, a pobreza, o estresse e a exclusão social, todos são citados na descrição de uma violência que é física, psicológica, degradante e reforçadora de relações históricas de dominação masculina (Saffiotti, 2002, 1997; Correia, 2002; Rodrigues, 2001; Machado, 1999).

O empenho na criação de articulações que possam fortalecer as mulheres que resolvam lidar diretamente com o problema de violência já soma uma multiplicidade de esforços, como maior documentação e conscientização sobre as implicações da violência de gênero na qualidade e custos na área de saúde, a criação de promotorias legais populares, o estabelecimento de delegacias de mulher, a elaboração da campanha do Laço Branco, a criação de abrigos e programas de proteção às vítimas, a criação de programas de penas alternativas eficazes, mas em cada espaço concreto requer reforços e novas articulações realizadas através do envolvimento de atores institucionais e individuais interessados (Feix, 2002; Saffiotti, 2002; Correia, 2002).

Como atestam as dimensões de pesquisas grandes (Debert;

Gregori, 2002), as ações de pesquisa e de criação de políticas específicas têm se concentrado fortemente nas capitais. Em áreas rurais e em áreas do interior com processos rápidos de urbanização, há lacunas muito grandes, tanto de informação quanto de ação. Isto é particularmente preocupante quando se toma em conta que são áreas onde os efeitos das mudanças de relações de gênero apresentam contradições muito fortes com ordens morais patriarcais hegemônicas que, simultaneamente, evidenciam papéis fundamentais das mulheres na construção dos novos ambientes. Áreas de irrigação e de construção de barragens se proliferam no Brasil, e as mulheres nestas áreas estão levantando as suas vozes sobre as mudanças em andamento.

Mulheres, movimentos, barragens e a segurança pública

A mobilização em torno da ameaça que uma expulsão, indenização ou deslocamento representa para uma população ribeirinha contribuiu para a formação de entidades da sociedade civil muito fortes, visando o resgate da cidadania dos povos atingidos por barragens, com articulações internacionais, nacionais, regionais e locais (Vainer 1992; Scott 1994). Associações, entidades sindicais, grupos de inspiração religiosa e organizações não governamentais formam vozes para contribuir para a negociação com representantes do Estado e de financiadores nacionais e internacionais (especialmente bancos internacionais) para tornar, nas palavras de um representante do Banco Mundial, “as vítimas em beneficiadas”. Assim, o entorno das barragens, locais que outrora não concentravam atenção e recursos do mesmo porte, viram “ilhas de articulações”, de consciência aguçada e de negociação e aplicação de políticas nacionais. Entre as entidades que se fortalecem neste contexto, são as que centralizam as negociações em nome dos cidadãos vítimas. Os estudos mostram que, a despeito da vontade pronunciada de tornar vítimas em beneficiadas, efetivamente a operação do deslocamento, expulsão ou reassentamento é tão recheada de percalços que os benefícios pesam menos que os prejuízos e os planos de reassentamento se dirigem para um processo eufemisticamente pensado como de “emancipação” que é, efetivamente, de esquecimento que faz com que os problemas apresentados continuem muito graves.

No meio deste processo, após ações notáveis no confronto direto com os idealizadores, administradores e construtores das grandes obras de engenharia que estão modificando as suas vidas, as mulheres se mostram muito combatíveis (Jornada Feminista, 2002; Scott, 1996) e galgam espaços significativos dentro da organização das instituições de defesa às cidadãs. Formam-se ações concretas para gênero e desenvolvimento rural e departamentos que concentram as atividades diferenciadas para mulheres e meninas no contexto de reivindicação (Arriagada, 1991). É nestas entidades que aparecem atuações onde a conscientização da nocividade da violência de gênero se torna uma bandeira de luta para ações integradas a favor de políticas mais eficientes de acolhimento de mulheres vítimas, não somente do processo de deslocamento, mas também da violência de gênero.

O trabalho de segurança pública e de defesa de direitos do cidadão continua muito precário no Sertão. Historicamente, a ênfase tem sido em ações, esporádicas e repetidas, de repressão à atuação de supostos infratores (bandidos rurais, intrigados familiares, traficantes, assaltantes ou ladrões) (Narber, 2003), formando batalhões ou forças-tarefa com a expressa finalidade de debelar alguma atividade ilícita específica. Delegacias de Polícia e Promotorias de Justiça nos municípios se encontram com quadros de pessoal extraordinariamente reduzidos, capacitados, sobretudo, para atuação em áreas urbanas, com pouca afinidade e passagem transitória nas comarcas interioranas. Se isto não favorece atuação sustentada na repressão a estes crimes, a situação é ainda mais problemática quando se trata da identificação e do encaminhamento adequado de problemas relacionados com a violência doméstica.

Uma intervenção governamental e mudanças históricas Recentes nas relações de gênero

No meio do Sertão pernambucano e baiano, uma área que sofre de grandes impactos do processo de globalização e de programas de desenvolvimento é o entorno da barragem de Itaparica. Em toda a área abarcada pelo reassentamento de Itaparica, incluindo os 12 municípios onde a população foi reassentada, pretende-se examinar os esforços do

Estado de lidar com a segurança pública, examinando a interface entre diversos programas de redução de violência e o seu impacto sobre a violência contra a mulher (Scott, 2009).

A barragem atingiu diretamente mais de 80.000 pessoas divididas entre cidades e campo, mas, como a população dispunha do exemplo malsucedido dos prejuízos à população atingida pela Barragem de Sobradinho, conseguiu articular um movimento forte, liderado pelo Polo Sindical de Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, com apoio de ONGs internacionais e organizações associadas a igrejas e a governos internacionais e muitos outros participantes ao longo dos anos (Oxfam, Caritas, SACTES, Universidade Federais, outros).

Na criação de estratégias de defesa da população, desde o início, a participação feminina foi marcante, inclusive como pelotão de frente da invasão do canteiro de obras da construção da barragem, o que forçou a negociação de um acordo assinado que continua como base para reivindicações atuais. Depois disto, foi um passo pequeno para a criação da Diretoria da Mulher e do Jovem no próprio Polo, que procura, sistematicamente, defender a vida cotidiana, a criação de oportunidades de gerar renda, a criação de sensibilidade para questões de gênero e a proteção contra a exploração e violência das mulheres e d@s jovens através de variadas ações. A atuação desta diretoria se tornou tão expressiva que, em 2002, a sua diretora foi eleita coordenadora geral do polo, e o ambiente para intensificar ações para mulheres e meninas se tornou mais favorável. Ao longo destes anos, as políticas do reassentamento e as questões de gênero e de família em Itaparica têm sido acompanhadas pelo FAGES da UFPE.

Durante uma oficina sobre a questão de violência contra mulheres, realizada em Petrolândia em julho de 2003 entre o Polo e o FAGES, as duas partes formaram um compromisso conjunto de pesquisar a situação desta violência em toda a área para onde foram reassentados os antigos moradores da beira do Rio São Francisco atingidos pela formação do Lago de Itaparica. Os moradores da região que participaram da oficina mapearam os locais para onde, atualmente, podem recorrer para procurar apoio quando ocorre qualquer evento de violência. Constatou-se uma multiplicidade de possibilidades, mas muito pouca sistematização em torno de como agir em casos específicos, e pouco consenso sobre quais

são os casos locais específicos que mereçam destaque. Duas necessidades ficaram patentes: 1) identificar objetivamente qual a ocorrência de violência contra mulheres na área e 2) discutir as possibilidades de uma ação articulada entre entidades governamentais e não governamentais para sanar a lacuna existente na política de segurança atual.

Objetivamente, de 2009 a 2011, com o apoio do CNPq, realizou-se uma pesquisa sobre violência doméstica com uma pesquisa junto a três entidades representativas de trabalhadores rurais e mulheres, cujos resultados foram discutidos amplamente entre as instituições e a universidade. Estes resultados estão em preparação para publicação. Não se trata de apresentar os resultados desta pesquisa, pois a sua metodologia foi diferente da metodologia almejada através da oficina de discussão entre mulheres e homens do Polo Sindical do Submédio São Francisco e os integrantes de FAGES. Aqui se pretende avançar no sentido de sugerir maneiras pelas quais se poderia documentar uma situação de violência que muito preocupa as mulheres que habitam a região abarcada pela construção da barragem de Itaparica. São mulheres que, potencialmente, são duplamente atingidas – pela violência estrutural do Estado e pela violência cotidiana silenciada e impune nas suas vidas cotidianas.

Na oficina em questão, determinou-se que seria interessante descrever e analisar o tratamento dado à violência contra mulheres em municípios com população reassentada pelo governo federal no entorno do lago de Itaparica. Neste caminho, far-se-ia uma descrição e avaliação do tratamento de violência de gênero no Submédio São Francisco, ouvindo as mulheres e os atores de segurança pública e outros setores da sociedade sobre a avaliação da possibilidade da formação de ações sistemáticas sustentáveis a favor das vítimas da violência. Neste sentido, os integrantes da oficina FAGES-Polo Sindical sugerem que 1) se evidencie a questão de violência de gênero na área específica atingida pela barragem de Itaparica, 2) se revelem os efeitos de mudanças sociais rápidas e a intervenção governamental sobre a vida das mulheres no que diz referência à questão de violência, 3) que se divulgue, quantitativa e qualitativamente, como os órgãos de segurança pública e outras entidades lidam com violência contra as mulheres e 4) que se diferenciem as condições e ações nas cidades e no campo e 5) que se identifiquem parcerias reais e potenciais com ONGs, sindicatos, associações e empresas e entidades caridosas e religiosas que possam se dirigir à

cooperação com órgãos de segurança pública na redução de violência contra as mulheres.

São 12 municípios diretamente afetados pelo Lago de Itaparica no final dos anos oitenta, incluindo cinco no lado baiano e sete no lado pernambucano. Após mais de vinte anos, a situação destes municípios é bastante heterogênea. As mudanças nas condições de vida das mulheres são pouco conhecidas e ainda muito pouco documentadas, especialmente no que diz respeito à vivência de situações de violência.

Concretamente, algumas questões se impõem para entender as diferenças município por município e para criar uma percepção articulada do conjunto de municípios afetados pela intervenção direta do Estado através da remoção e reconstrução das bases de sustento destas populações:

- Nos 15² anos desde o reassentamento, quais as mudanças na situação de mulheres nos reassentamentos e nas cidades? Como estas mudanças podem ser interpretadas para esclarecer a questão de acesso aos direitos humanos da mulher através de uma interpretação focalizando as relações de gênero?

- Qual é a criminalidade registrada em delegacias da polícia civil, e em outras instituições relacionadas (batalhão de polícia militar, outras diversas entidades de apoio à população)? Isto é um dado desconhecido na área.

- Quais são os casos de maior notoriedade de violência contra a mulher, recente e histórica, na região e de que maneira são tratados? Aqui se precisa ver a qualidade da assistência via descrições, relatos e avaliações de ações que ocorreram, do ponto de vista de mulheres moradoras, de agentes do poder público e de entidades de defesa dos cidadãos.

- Quais são os programas e ações para defender e/ou beneficiar mulheres na área? Como se relacionam com setores diferentes da população e com a segurança pública e a promotoria pública?

- Do ponto de vista de mulheres, rurais e urbanas, como andam os direitos das mulheres; há evidências de tratamento diferenciado de violência contra mulheres, e, em geral, qual a segurança para mulheres

² Conserva-se o número de anos com referência ao período em que a oficina foi realizada, e não da hora da confecção deste trabalho.

que residem nestas áreas?

- Como é a articulação entre representantes do poder público e da sociedade civil em torno de questões de violência contra as mulheres nestas áreas? É possível estimular ações que podem reforçar a visibilidade e eficácia destas ações no lado baiano e no lado pernambucano da área afetada?

Este trabalho está voltado mais para levantar questões de que para respondê-las, pois as lacunas de informações e ações continuam superando os avanços que ocorreram desde a oficina de 2003 até o ano de 2012. Mesmo depois de uma pesquisa mais ampla sobre Violência contra Mulheres em Contextos Rurais (veja Scott et al., 2009), apoiada pelo CNPQ e pelo MDA e realizada junto com o Movimento de Mulheres Trabalhadores Rurais do Nordeste, com as Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central e do Departamento de Jovens e de Mulheres do Polo Sindical do Submédio São Francisco, as recomendações das oficinas continuam tão vivas hoje quanto quando foram levantadas, há quase uma década.

Bibliografia

- AMARAL, Célia C. G. do. 2002. Violência em Delegacias da Mulher no Nordeste. In: CORRÊA, Mariza (org.). *Campinas: Gênero e Cidadania*, Pagu/UNICAMP.
- ARRIAGADA, Irma. 1991. Mujeres rurales de America Latina y el caribe: resultados de programas y proyectos. In: GUZMÁN, V., PORTOCARRERO, P.; VARGAS, V. *Una nueva lectura: Gênero y desarrollo*. Lima: Entre Mujeres.
- CARRARA, Sérgio; VIANA, Adriana R. B.; ENNE, Ana L. 2002. Crimes de bagatela: a violência contra a mulher na justiça do Rio de Janeiro. In: CORRÊA, Mariza (org.). *Campinas: Gênero e Cidadania*. Pagu/UNICAMP.
- CORRÊA, Mariza (org.). 2002. *Campinas: Gênero e Cidadania*. Pagu/UNICAMP, 2002.

Duplamente atingidas: violência, mulheres e políticas do estado...

- DEBERT, Guita G.; GREGORI, Maria F. 2002. As delegacias especiais de Polícia e o Projeto de Gênero e Cidadania. In: CORRÊA, Mariza (org.). *Campinas: Gênero e Cidadania*. Pagu/UNICAMP.
- FEIX, Virgínia. 2002. Sobre Gênero e Justiça: O Projeto Promotoras Legais Populares. In: CORRÊA, Mariza (org.). *Campinas: Gênero e Cidadania*. Pagu/UNICAMP.
- FUNDAJ/CHESF. 1988. *Hidrelétrica de Itaparica: Impactos e Mudança social no meio rural*. Relatório final de avaliação do reassentamento da população rural de Itaparica. Recife: FUNDAJ/CHESF.
- GALINDO, Osmil; GUIMARÃES, Leonardo. 2000. Caracterização sociogeográfica da área do projeto. In: ARAÚJO, M. C. L.; NETO, M. C.; LIMA, A. V. *Sonhos Submersos ou desenvolvimento? Impactos sociais da barragem de Itaparica*. Recife: Massangana.
- MACHADO, Lia Z. 2000. *Matar e Morrer no feminino e no masculino*. Série Antropologia, 239, Brasília: UNB.
- MARAN, Margaret. 2002. Faça-se a luz? A política energética na berlinda. JORNADA FEMINISTA PELA JUSTIÇA DE GÊNERO NO DESENVOLVIMENTO. Fortaleza, fev.
- NARBER, Gregg. 2003. *Entre a cruz e a espada: violência e misticismo no Brasil rural*. Recife: FUNDAJ, Terceiro Nome.
- RODRIGUES, Almira. 2001. *Cidadania das Mulheres e Legislativa Federal: Novas e Antigas Questões em fins do século XX no Brasil*. Brasília: CFEMEA.
- SAFFIOTTI, Heleith I. B. 1997. Violência Doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, M. (Org.). *Violência em debate*. São Paulo: Moderna.
- _____. 2002. Violência Doméstica: questão de polícia e da sociedade. In: CORRÊA, Mariza (org.). *Campinas: Gênero e Cidadania*, Pagu/UNICAMP.
- SCOTT, R. Parry. 2009. *Negociações e Resistência Persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado*. Recife: Editora Universitária da UFPE.

Revista ANTHROPOLOGICAS, ano 16, volume 23(1), 2012

- _____. 1996. Gerações, gênero e mudança rápida dirigida no campo: lições de Itaparica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Série Antropologia, 12 (1).
- _____. 1994. Os beneficiados de um Programa de desenvolvimento em Itaparica e a Violência Administrada. *Política Hoje*, n. 02.
- _____, RODRIGUES, A. C.; SARAIVA, J. 2010. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). *Gênero e Geração em Contextos Rurais*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, p. 63-94.
- SOARES, Bárbara M. 1999. *Mulheres Invisíveis – violência conjugal e as novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SOARES, Luiz E.; SOARES, Barbara M.; MUNIZ, Jaqueline; CARNEIRO, Leandro P. 1993. *Violência contra a mulher: levantamento e análise de dados sobre o Rio de Janeiro em contraste com informações nacionais*. Rio de Janeiro: ISER.
- VAINER, Carlos; ARAÚJO, Frederico G. B. de 1992. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI.

Recebido em junho de 2012

Aprovado para publicação em setembro de 2012